



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

São Paulo, 18 de março de 2026 - Vivara Participações S.A. (B3: VIVA3; Bloomberg: VIVA3 BZ), a maior rede de joalherias da América Latina, apresenta hoje seus resultados do quarto trimestre e ano de 2025.

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO FINANCEIRO

A VIVARA Participações S.A. (B3: VIVA3), a maior rede de joalherias da América Latina, apresenta os resultados do exercício de 2025 - um ano de consolidação da liderança da Companhia no setor e de reafirmação da força de suas marcas.

O 4T25 foi marcado por um excelente período de vendas com R\$ 1,4 bilhão de receita bruta, crescimento de 17,5% em relação ao mesmo trimestre de 2024. O ótimo desempenho da campanha de Black Friday potencializou as vendas do período, com destaque para a evolução das vendas digitais, que cresceram 31,4% ante o 4T24. Com esse desempenho, a Companhia encerra o exercício de 2025 atingindo uma receita bruta de R\$ 3,8 bilhões, crescimento de 16,2% versus 2024, sustentado pelo desempenho resiliente das vendas mesmas lojas (SSS) de 11,8% no ano e pela expansão da base de lojas - 25 lojas inauguradas no 4T25 e 42 no acumulado de 2025 (aberturas líquidas totalizam 41 devido a conversão de um quiosque).

A Companhia manteve suas margens nos elevados patamares característicos do modelo de negócio. A margem bruta atingiu 69,6% no ano, enquanto a margem EBITDA Ajustada totalizou 25,3%. Em bases comparáveis, desconsiderando o efeito da alocação dos Gastos Gerais de Fabricação (GGF) e em regime de receita subvencionada estável¹, a Companhia registrou margem bruta em linha com 2024 e avançou 2,1 p.p. no mix da Vivara, (ii) evolução da margem de relógios com renovação de fornecedores estratégicos, (iv) relevância da produção em Manaus (86,2% Vivara; 58,3% Life) e (v) disciplina operacional na gestão de despesas.

Em 2025, a Vivara continuou a consolidação da sua posição no mercado brasileiro de joias, fortalecendo posicionamento aspiracional e emocional da marca. As campanhas protagonizadas por Gisele Bündchen, com as coleções Capri, Duquesa e Florence, conectaram tradição joalheira com modernidade, elevando o desejo e a percepção de valor da marca junto ao consumidor. A estratégia de combinar Vivara e Life demonstrou maturidade, com cada marca operando em posicionamentos complementares e capturando diferentes perfis de consumidoras. A Life segue na trajetória para se tornar uma marca independente. Com Marina Ruy Barbosa e Larissa Manoela como embaixadoras, a marca capturou o público jovem por meio de ações colecionáveis e de proposta de autoexpressão. O lançamento de coleções exclusivas contribuiu para a diferenciação e o fortalecimento da identidade da marca, que se prepara para celebrar 15 anos em 2026 com um robusto calendário de lançamentos. No âmbito ESG, a adesão ao Responsible Jewellery Council (RJC) e o compliance com a Initiative for Responsible Mining Assurance (IRMA) demonstraram o compromisso com práticas responsáveis na cadeia produtiva. A campanha Outubro Rosa, em parceria com o IOeB, reforçou o propósito social da marca junto aos seus milhões de clientes.

O último trimestre do ano foi marcado pelo início da trajetória de otimização de estoque: a Companhia encerrou 2025 com estoque de R\$ 1.479 milhões, redução de R\$ 144 milhões versus 3T25. Ao expurgar o saldo dos Gastos Gerais de Fabricação, esse saldo refletiu 537 dias de estoque, redução de 35 dias versus o 4T24. Este cenário contribuiu para a forte geração de caixa operacional de R\$ 219,3 milhões no 4T25 e R\$ 203,7 milhões no ano, ambos após juros, imposto de renda e arrendamentos e desconsiderando a antecipação de recebíveis de cartão de crédito realizada em Dez/25 no valor de R\$ 163,8 milhões, - antecipação realizada para fazer frente ao pagamento de dividendos intercalares de R\$ 164 milhões também no mês de Dez/25. A geração do ano foi R\$ 117,7 milhões acima da registrada em 2024.

A Companhia tem um compromisso contínuo com o desenvolvimento e reconhecimento de talentos em todas as frentes do negócio. A expansão da rede com 42 novas lojas demandou investimentos relevantes em recrutamento, treinamento e capacitação de equipes de vendas, fortalecendo a cultura de encantamento ao cliente que é marca registrada da Companhia.

Encerramos 2025 com satisfação e agradecemos a todos que contribuíram para os resultados deste ano. Nosso reconhecimento aos nossos colaboradores, conselheiros, parceiros, investidores e, especialmente, aos nossos clientes, pela confiança ao longo de todo ano. Iniciamos 2026 com a clara visão sobre nossas prioridades: manutenção da trajetória de crescimento sustentável e a geração de caixa operacional, sem comprometer os elevados patamares de rentabilidade.

1. Gastos Gerais de Fabricação (GGF): No fechamento do exercício de 2024, a Companhia modificou a metodologia contábil de custeio de Gastos Gerais de Fabricação (compostos por remuneração de pessoal de fábrica e demais despesas incorridas na planta fabril). Tais gastos passam a ser atribuídos aos custos de cada produto produzido (compondo o valor do estoque de produto acabado) e irão transitar na linha de custo apenas no momento em que o produto produzido seja vendido para o consumidor final (à luz do CPC 16 - Custos).

2. Para fins de comparabilidade, o conceito de receita de subvencionada estável equipara o patamar de receita de subvencionada do período anterior (comparativo) ao patamar do período atual, anulando variações positivas ou negativas que essa rubrica pode gerar no resultado da Companhia.

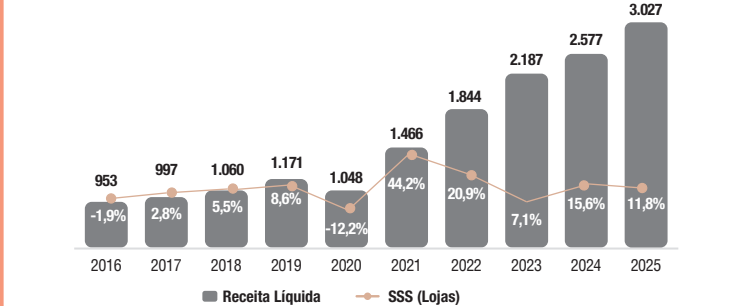
DESTAQUES:

- Inauguradas 41 novas lojas no ano, 39 lojas Life e 2 lojas Vivara. Ao todo são 497 no Brasil (267 Lojas Vivara, 219 Lojas Líquido e 1 loja no Panamá).
- Receita Bruta: **4T25**: +17,5% vs 4T24 | **2024**: +16,2% vs. 2024
- Receita Líquida: **4T25**: +16,5% vs 4T24 | **2024**: +17,4% vs. 2024
- SSS (anal. físico) de 11,5% no 4T25 e 11,8%, em 2025
- Venda Digital: **4T25**: +31,5% vs 4T24 | **2024**: +19,5% vs. 2024
- Redução de dias de estoque: **4T25**: -94 dias vs. 3T25 | **2025**: -35 dias vs. 2024 | 537 dias (ex-GGF)
- Geração de Caixa Operacional: **4T25**: R\$ 219,3 MM vs -176,5 MM no 4T24 | **2024**: R\$ 203,7 MM vs 9,9 MM em 2024

Receita: A Receita Bruta (líquida de devoluções) do 4T25 atingiu R\$ 1.365,7 bilhões, 17,5% superior à registrada no 4T24. O desempenho é corroborado (i) pelo crescimento de 11,5% de SSS, (ii) pela aceleração do canal digital e (iii) pelo aumento do número de lojas nos últimos 12 meses, com a adição de 41 pontos no período.

No trimestre, o canal lojas físicas apresentou crescimento de 14,5% em relação ao 4T24, devido à assertiva execução do calendário comercial, com destaque para as campanhas da Semana Ouro, Black Friday e Natal, com (i) crescimento de 11,5% de SSS e (ii) abertura de 25 novas lojas no período. No período, destaca-se o forte desempenho da campanha de Black Friday, que potencializou as vendas digitais no trimestre com crescimento de 31,4% ante o 4T24. A maturidade da estratégia omnichannel, com a revisão das integrações sistêmicas focadas em evitar ruptura do canal, do desempenho do novo aplicativo, lançado no 2T25, e da iniciativa de *personal shoppers*, contribuíram para o aumento de tráfego, conversão e ticket médio no período. O canal digital representou 17,5% das vendas do período, aumento de 1,9 p.p. contra 15,6% registrado no 4T24.

O sucesso de vendas no período consolidou um robusto crescimento no ano, com crescimento de receita bruta anual de 16,2%. As lojas físicas registraram alta de 15,6% em 2025, e o canal digital cresceu 19,5% versus 2024, aumentando a participação sobre as vendas totais para 14,8% ante os 14,4% do ano anterior.



Vendas Digitais:

No trimestre, as vendas digitais somaram R\$ 238,8 milhões, crescimento de 31,5% em comparação ao 4T24. O forte desempenho do canal digital no trimestre reflete a maior maturidade da estratégia omnichannel da Companhia e a captura dos ganhos provenientes dos investimentos realizados ao longo do ano. As duas mais recentes iniciativas do canal atingiram marcas importantes: o (i) novo aplicativo já representou 15% das vendas do canal no 4T25, com poucos meses de operação, trazendo um tráfego direcionado e com uma taxa de conversão 140% acima do site, e (ii) o novo modelo de *personal shoppers* registrou faturamento de R\$ 8,6 milhões no período. Ambas as iniciativas citadas, impulsionaram o crescimento das vendas digitais, com destaque para o período da Black Friday, quando o canal apresentou elevada relevância na dinâmica comercial do trimestre. No ano, as vendas digitais totalizaram R\$ 561,6 milhões, representando avanço de 19,5% em relação a 2024.

A habilitação das lojas como *hubs* logísticos ampliou a capacidade de atendimento, reduzindo prazos de entrega e melhorando a disponibilidade de produtos no ambiente online. Esse modelo tem contribuído não apenas para o crescimento das vendas digitais, mas também para uma melhor alocação de estoques e maior eficiência na jornada omnichannel (OMS). As vendas OMS, que são vendas realizadas pelo *e-commerce* e faturadas pelas lojas, representaram 52,6% das vendas digitais no 4T25 e 45,4% no ano de 2025, aumento de 3,2 p.p. ante os respectivos períodos comparativos. O aumento de participação das vendas OMS mostra a importância da integração entre canais e o papel das lojas físicas como pontos estratégicos na execução do digital.

Todas as categorias apresentaram crescimento, tanto no trimestre quanto no ano, com destaque para a categoria Life com maior crescimento no trimestre de 47,6% no 4T25 comparado com 4T24, e 30,6% em 2025 comparado com 2024. O avanço é reflexo das assertivas campanhas de *Black Friday* e Natal, com execução de campanhas promocionais bem sucedidas, o contínuo engajamento nas mídias sociais impulsionado pelas embaixadoras Marina Ruy Barbosa e Larissa Manoela bem como posicionamento como presenteável e ticket médio favorável para venda a distância. A categoria de Joias cresceu 22,7% no trimestre, e 8,9% no ano, comparado com os mesmos períodos do ano anterior. A categoria de Relógios cresceu 15,9% no trimestre e 16,5% no ano comparado com os mesmos períodos do ano anterior.

Venda por categoria - Lojas Físicas:

No 4T25, as lojas físicas tiveram faturamento de R\$ 1.119,4 bilhões, uma expansão de 14,5% na comparação com o mesmo período do ano anterior. No trimestre, a expansão do faturamento das lojas Vivara e Life foi de 12,5% e 20,4%, respectivamente. No conceito SSS, o crescimento consolidado foi de 11,5% sobre 4T24.

No ano de 2025, as lojas físicas tiveram faturamento de R\$ 3.223,9 bilhões, uma expansão de 15,6% na comparação com 2024. No ano, a expansão do faturamento das lojas Vivara e Life foi de 13,3% e 24,5%, respectivamente. No SSS, o crescimento consolidado foi de 11,8% sobre 2024.

Lojas Vivara: Com 267 pontos de venda no Brasil e 1 no Panamá, as lojas Vivara apresentaram uma receita de R\$ 805,9 milhões no 4T25, com um crescimento de 12,5% e avanço de SSS de 12,2% comparado ao 4T24. O canal segue entregando forte desempenho, impulsionado pela (i) diligente gestão de *mark-ups*, e (ii) contínua inovação, com o aumento do sortimento de coleções Duo (prata-ouro) e joias com diamante de laboratório. No ano, as lojas Vivara alcançaram receita de R\$ 2.399,3 bilhões, com avanço de 13,3% na comparação com 2024 e SSS de 12,4%.

Lojas Life: Com 219 pontos de venda no Brasil e 1 no Panamá, as lojas Life seguem em patamares saudáveis. No 4T25, o faturamento das lojas Vivara em shoppings que possuem ambas as marcas (164 em Dez/25) cresceu 14,0% em relação ao 4T24, acima do SSS do canal. Ao desconsiderar as vendas da categoria Life nestas lojas Vivara, o crescimento de faturamento atinge 18,9%. No acumulado de 2025, o faturamento dessas mesmas lojas apresentou crescimento de 13,0% na comparação anual, também acima do SSS do canal, e 17,0% quando desconsideradas as vendas da categoria Life.

| BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 | | | | |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|
| (Em milhares de reais - R\$) | | | | |
| | Nota explicativa | Controladora | Consolidado | |
| | 12/2025 | 12/2024 | 12/2025 | 12/2024 |
| ATIVO | | | | |
| CIRCULANTE | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 16.656 | 3.482 | 398.644 |
| Títulos e valores mobiliários | | - | - | 4.530 |
| Contas a receber | 6 | - | 989.601 | 952.208 |
| Estoques | 7 | - | 1.478.926 | 1.332.578 |
| Impostos a recuperar | 8 | - | 118.227 | 156.755 |
| IRPJ e CSLL a recuperar | 20.4 | 4.301 | 1.600 | 50.247 |
| Despesas pagas antecipadamente e outros créditos | | 28 | 419 | 28.954 |
| Total do ativo circulante NÃO CIRCULANTE | | 20.985 | 5.501 | 3.064.599 |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | | | | |
| Instrumentos derivativos ativo LP | 15 | - | - | 1.276 |
| Expositos judiciais | 17.2 | - | - | 28.227 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 20.8 | 20.843 | - | 568.590 |
| Despesas pagas antecipadamente e outros créditos LP | | - | - | 5.193 |
| Impostos a recuperar LP | 8 | - | - | 12.618 |
| IRPJ e CSLL a recuperar não circulante | 20.4 | - | - | 28.180 |
| Realizável a longo prazo | | 20.843 | 642.808 | 571.344 |
| Investimentos | 9 | 3.230.468 | 2.650.466 | - |
| Imobilizado | 10 | - | - | 955.347 |
| Intangível | 11 | - | - | 59.938 |
| Total do ativo não circulante | | 3.251.311 | 2.650.466 | 1.658.093 |
| TOTAL DO ATIVO | | 3.272.296 | 2.655.967 | 4.722.692 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Lojas Life: A receita das lojas Life teve alta de 20,5% no 4T25, em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo R\$ 306,5 milhões. O avanço é explicado pela: (i) alta no SSS de 9,1% no 4T25 em comparação ao 4T24, (ii) maturação do parque de lojas no período, (iii) maior assertividade no sortimento por loja e (iv) abertura de 39 novas lojas da Life nos últimos 12 meses.

No trimestre, as lojas Life foram responsáveis por 58,2% das vendas da categoria Life, uma representatividade 1,8 p.p. acima da registrada no mesmo trimestre do ano anterior, mostrando a contínua consolidação da marca Life. No ano, essa participação atingiu 59,4%, reforçando o avanço estrutural das lojas Life dentro da categoria. Em 2025, as lojas Life registraram 24,5% de crescimento, impulsionadas pelo aumento de 9,6% na métrica SSS e pela abertura de 39 lojas em 2025 e 63 lojas em 2024. No encerramento do trimestre, as 117 lojas Life maduras, inauguradas há mais de 2 anos, tiveram receita média anual de R\$ 5,6 milhões.

Recita por Categoria:

A categoria de Joias, a estratégia do trimestre priorizou ganho de *market-share* e evolução na venda de quantidades vendidas, com crescimento de receita bruta de 20,6% no trimestre, impulsionado pelo aumento da quantidade vendida em 11,4%. No ano, a categoria de Joias cresceu 17,1%, devido a disciplina na gestão de *mark-up* e posicionamento de preço. As coleções Duo (prata & ouro), diamante de laboratório e prata Vivara continuaram apresentando ganho de representatividade no mix de vendas. A categoria de Joias continua sendo a mais representativa da Companhia, sendo responsável por 45,4% das vendas, percentual 1,2 p.p. superior ao registrado no 4T24. No ano, a categoria alcançou 48,8% das vendas, 0,4 p.p. superior a 2024.

A receita bruta da categoria Life cresceu em 16,7% ante o 4T24, com crescimento de 22,3% em quantidades vendidas e faturamento de R\$ 526,8 milhões no trimestre, representando 38,6% do total de vendas. No acumulado do ano, a receita bruta da categoria Life cresceu 15,1% em relação ao ano anterior, com crescimento de 15,0% em quantidades vendidas. O faturamento total do ano foi de R\$ 1.354,5 bilhões, representando 35,6% do total de vendas.

As vendas da categoria Relógios apresentaram evolução de 17,8% no trimestre, com crescimento de 16,8% de quantidades vendidas e faturamento de R\$ 200,8 milhões impulsionado pelo bom desempenho das datas comemorativas no período. No ano, a evolução foi de 20,9%, com crescimento de 15,8% em quantidades vendidas, com faturamento de R\$ 536,2 milhões. A categoria representou 14,7% do total de vendas no 4T25, em linha com o mesmo trimestre do ano anterior e 14,1% no acumulado de 2025 (+0,5 p.p. vs. 2024).

Deduções da receita:

No trimestre, a linha de deduções da Receita Bruta apresentou um aumento de 21,1% em relação ao 4T24 e representou 22,1% da receita bruta (líquida de devoluções). No ano, o aumento foi de 17,6% em relação a 2024.

A receita de subvencionada somou R\$ 84,8 milhões no período, o que corresponde a 6,2% da receita bruta do trimestre versus R\$ 89,0 milhões no 4T24. A dinâmica observada reflete o efeito positivo da operação do novo centro de distribuição no Espírito Santo, que gerou R\$ 41,6 milhões no trimestre, suavizando o menor ritmo produtivo, quando comparado ao 4T24, parte integrante do plano de otimização de estoques. No acumulado do ano, a receita de subvencionada somou 334,1 milhões, correspondendo a 8,8% da receita bruta vs. 8,5% do ano anterior. O centro de distribuição, inaugurado em Jun/25, já opera como parte importante da malha logística e foi fundamental na iniciativa de realocação de estoques entre lojas realizadas no segundo semestre de 2025. Por conta da quantidade de joias movimentadas ter sido equivalente a um ano típico, e não apenas a um semestre, a receita de subvencionada gerada em 2025 pela operação do centro de distribuição do Espírito Santo foi de R\$ 77,4 milhões. Em função da estratégia de otimização de estoque, observou-se uma menor diluição dos benefícios atrelados ao menor volume produzido, com destaque para as taxas associadas à operação em Manaus (UEA e FTI), que apresentaram relação com o percentual da receita bruta na comparação anual. Tal movimento é consistente com a estratégia da Companhia de priorizar a eficiência do capital de giro.

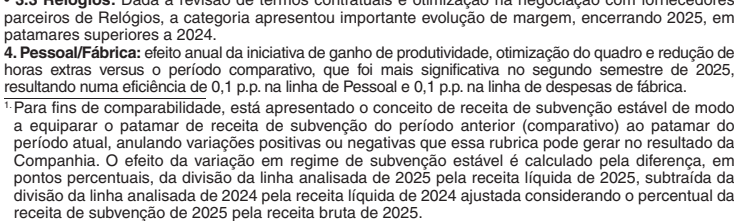
Lucro Bruto e Margem Bruta:

O Lucro Bruto do 4T25 foi de R\$ 716,0 milhões, alta de 5,5% vs. 4T24, com Margem Bruta de 67,3%. Esse crescimento é reflexo de diferentes variáveis como efeitos contábeis, operação fabril e estratégia comercial, quais sejam:

- 1. Receita de Subvencionada (Fábrica + CD):** Em linha com a estratégia de otimização de estoque, o ritmo produtivo do trimestre foi inferior ao executado no ano anterior, refletindo em menores patamares de subvencionada no 4T25 vs 4T24. Assim, o mesmo percentual realizado no 4T25 de 6,2% de subvencionada ao resultado do 4T24, a margem comparável seria de 73,8% (ante os 74,3% registrados) o que significa um efeito de 0,5 p.p. por conta da variação da receita de subvencionada como percentual da receita bruta. Para isolar esse efeito, as variações são calculadas em regime de subvencionada estável¹.
- 2. Alocação GGF:** A contabilização dos Gastos Gerais de Fabricação (GGF) gerou dois efeitos distintos:
 - 2.1 Impacto 4T24:** alocação de R\$ 43,9 milhões ao estoque, com impacto de 4,9 p.p. na margem do período.
 - 2.2 Impacto 4T25:** contabilização de R\$ 7,3 milhões no custo, refletindo um efeito de 0,7 p.p. no período. Por conta do forte período de vendas, intensificado pela estratégia de redução do ritmo de produção, o volume de venda de produtos (com GGF alocado) foi maior do que a alocação dos gastos de produção do período.
- 3. CMV (estratégia comercial):** apresentou efeito negativo de 2,3 p.p. no período devido aos seguintes efeitos:
 - 3.1 Vivara (Joias):** No 4T25, a Companhia priorizou o ganho de *market-share* e crescimento do faturamento de peças vendidas (postergando reposicionamento de preço para 2026). Essa estratégia impactou a receita bruta em 2025, com o mesmo percentual realizado no 4T25 de 6,2% de subvencionada ao resultado da rubrica, estando concentrada nas subcategorias de coleções e comerciais. Após as vendas de Dez/25, a Companhia retomou a trajetória de repasses da categoria no 1T26. O Lucro Bruto de 2025 foi de R\$ 2.105,1 milhões, alta de 16,3% vs. 2024, com Margem Bruta de 69,6% (versus 70,2% em 2024). Os principais componentes que impactaram a margem bruta de 2025 em comparação a 2024 foram:
 - 1. PESSOAL:** efeito positivo do forte volume produtivo do primeiro semestre de 2025, anterior a estratégia de otimização de estoque do segundo semestre, juntamente com a abertura do CD do ES em Jun/25, foram os principais fatores para que a receita de subvencionada de 2025 atingisse 8,8% da receita bruta, ante 8,3% em 2024. Assumindo o mesmo percentual de 8,8% de subvencionada ao resultado de 2024, a margem comparável seria de 70,4%, ante os 70,2% registrados, o que significa um efeito de 0,2 p.p. em regime de subvencionada estável¹.
 - 2. Alocação do GGF:** (i) 2024: alocação de R\$ 43,9 milhões ao estoque, impactando 1,7 p.p. a margem do exercício anterior; (ii) 2025: alocação de R\$ 24,4 milhões ao estoque, gerando impacto de 0,8 p.p. da margem do período.
 - 3. CMV:** o efeito negativo de 0,2 p.p. foi puxado pela performance do 4T25. Os principais efeitos nas diferentes categorias, foram:
 - 3.1 Vivara (Joias):** A categoria fechou o exercício mantendo a rentabilidade versus o período anterior. A diligente gestão de *markups*, o estoque mais alongado e o avanço das subcategorias com maior margem de contribuição (Duo, Lab Diamond e Prata Vivara) foram determinantes para construção do resultado de 2025 permitindo a execução de um 4T25 com crescimento de volume sem comprometer a rentabilidade anual.
 - 3.2 Life:** Dada a estratégia de gestão de portfólio descrita no 4T25, com maior volumetria de itens com desconto para acelerar venda de itens lançados a mais a tempo, em 2025 a categoria concentrou a pressão da rubrica.
 - 3.3 Relógios:** Dada a revisão de termos contratuais e otimização na negociação com fornecedores parceiros de Relógios, a categoria apresentou importante evolução de margem, encerrando 2025, em patamares superiores a 2024.

1. PESSOAL: efeito positivo da iniciativa de ganho de produtividade, otimização do quadro e redução de horas extras versus o período comparativo, que foi mais significativa no segundo semestre de 2025, resultando numa eficiência de 0,1 p.p. na linha de Pessoal e 0,1 p.p. na linha de despesas de fábrica.

2. Despesas Operacionais: No trimestre, as Despesas com Vendas¹ aumentaram 22,9% versus o 4T24, pressão de 1,7 p.p. de margem em relação ao mesmo período do ano anterior. Os principais efeitos que impactaram a linha de rubrica de despesas foram: (i) maior número de inaugurações de lojas (41 aberturas) versus o volume de aberturas de 2024 (71 aberturas), de modo que no ano anterior havia maior volume de despesas das lojas recém inauguradas (com custo fixo estabelecido ainda sem receita significativa), (ii) aumento das despesas de frete devido à operação do novo CD no ES e ao movimento de transferência de peças entre lojas (no contexto da agenda de otimização de estoque), (iii) maior volume de investimentos em ferramentas de CRM para impulsionar vendas e otimizar a operação de lojas (*omnichannel*) e (iv) normalização da linha de Marketing, uma vez que, no ano de 2024, a Companhia reduziu os investimentos de marca, mas retornou em 2025.



Despesas Operacionais: No trimestre, as Despesas com Vendas¹ aumentaram 22,9% versus o 4T24, pressão de 1,7 p.p. de margem em relação ao mesmo período do ano anterior. Os principais efeitos que impactaram a linha de rubrica de despesas foram: (i) maior número de inaugurações de lojas (41 aberturas) versus o volume de aberturas de 2024 (71 aberturas), de modo que no ano anterior havia maior volume de despesas das lojas recém inauguradas (com custo fixo estabelecido ainda sem receita significativa), (ii) aumento das despesas de frete devido à operação do novo CD no ES e ao movimento de transferência de peças entre lojas (no contexto da agenda de otimização de estoque), (iii) maior volume de investimentos em ferramentas de CRM para impulsionar vendas e otimizar a operação de lojas (*omnichannel*) e (iv) normalização da linha de Marketing, uma vez que, no ano de 2024, a Companhia reduziu os investimentos de marca, mas retornou em 2025.

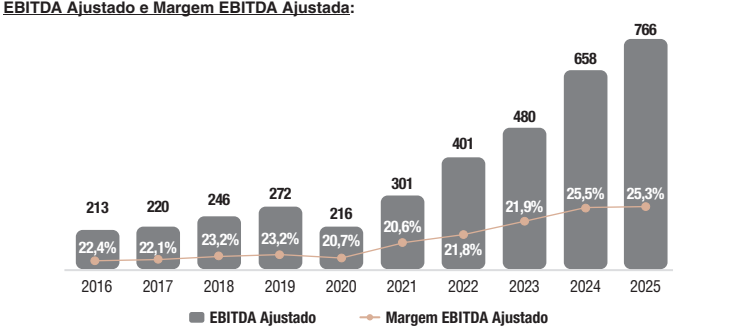
Já as Despesas Gerais e Administrativas¹ do trimestre apresentaram eficiência de 1,0 p.p. de margem quando comparadas ao 4T24, tendo destaque para: (i) maior despesa de Pessoal devido à normalização da estrutura corporativa realizada em 2024, reduzindo a linha a patamares inferiores pontualmente naquele trimestre e (ii) menores despesas com Serviços Profissionais Contratados, refletindo a normalização dos gastos de TI frente ao período comparativo.

Em 2025, as Despesas Gerais e Administrativas¹ cresceram 8,6%, contribuindo positivamente para rentabilidade operacional da Companhia em 0,6 p.p., fruto de avançamento operacional, destaque para as linhas de Pessoal e Outras Despesas. Resultado de uma estrutura corporativa eficiente.

A linha de Outras (Despesas) Recargas Operacionais do 4T25 registrou uma despesa de R\$ 32,3 milhões, ante receita de R\$ 2,4 milhões no 4T24, retração de 3,4 p.p. como percentual da receita líquida. A variação é majoritariamente explicada pelo reconhecimento de despesas com IPI pela Companhia. No âmbito da Portaria RB nº 4.888 de 07 dezembro de 2020, foram reconhecidos e recolhidos débitos de IPI no valor de R\$ 42,8 milhões (acrescidos de correção monetária de R\$ 15,5 milhões reconhecido no resultado financeiro) atrelados a ajustes na tributação de transferências de mercadorias importadas

para as lojas do período de 2021 a 2024, em que a Companhia optou pela conformidade tributária. No fechamento anual, a linha de Outras (Despesas) Recargas operacionais registrou despesa de R\$ 10,3 milhões, frente a uma receita de R\$ 77,6 milhões no exercício de 2024. A variação reflete o reconhecimento pontual, em Jun/24, de créditos extemporâneos de PIS/COFINS atrelados à compra de metais, englobando as compras dos cinco anos anteriores, totalizando R\$ 82 milhões reconhecidos no período comparativo.

Excluindo Depreciação e Amortização (D&A), EBITDA Ajustada e Margem EBITDA Ajustada:



No 4T25, o EBITDA Ajustado somou R\$ 286,1 milhões, 4,8% menor que o 4T24, com Margem EBITDA Ajustada de 26,9% e contração de 6,0 p.p. sobre 4T24. O EBITDA do trimestre foi ajustado¹ pela despesa de aluguel dos contratos classificados pelo IFRS 16, bem como por efeitos não recorrentes, destaque para a (i) despesa de IPI de exercícios anteriores no valor de R\$ 42,8 milhões (detalhada na seção de Outras receitas e Despesas).

Conforme descrito na seção do Lucro Bruto, o comparativo do EBITDA também é impactado pela (i) menor receita de subvencionada e pelo (ii) efeito contábil de alocação do GGF². Analisando a subvencionada, assumindo o mesmo percentual do 4T25, de 6,2% da receita bruta, ao resultado do 4T24, a margem comparável seria de 31,7% (ante os 32,9%



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$)

| | Nota explicativa | Capital social | Reservas de capital | Opções outorgadas | Ações em tesouraria | Reservas de lucros | Lucros acumulados | Ajustes de avaliação patrimonial | Total |
|--|------------------|------------------|---------------------|-------------------|---------------------|--------------------|-------------------|----------------------------------|------------------|
| SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2024 | | 1.105.381 | | 8.940 | | 968.426 | | | 2.005.530 |
| Lucro líquido do exercício | | | | | | 653.394 | | | 653.394 |
| Integralização de capital com reservas | | 600.000 | | | | (600.000) | | | |
| Constituição de reserva legal | | | | | | 32.670 | | | 32.670 |
| Constituição de reserva estatutária | | | | | | 465.543 | | | 465.543 |
| Ações cedidas de incentivos de longo prazo | | | | (4.299) | 4.299 | | | | |
| Pagamento de incentivos de longo prazo | | | | 1.702 | | | | | 1.702 |
| Plano de incentivos de longo prazo | | | | (1.997) | | | | | (1.997) |
| Dividendos a distribuir | | | | | | (155.181) | | | (155.181) |
| Dividendos prescritos | | | | | | 1 | | | 1 |
| Recuperação de ações | | | | | (6.973) | | | | (6.973) |
| Ajuste de conversão do período | | | | | | | | 466 | 466 |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 | | 1.705.381 | | 4.346 | | 866.640 | | 466 | 2.496.942 |
| Lucro líquido do exercício | | | | | | 619.502 | | | 619.502 |
| Integralização de capital com reservas | 18.1 | 866.644 | | | | (866.644) | | | |
| Constituição de reserva legal | | | | | | 30.975 | | | 30.975 |
| Constituição de reserva estatutária | | | | | | 424.527 | | | 424.527 |
| Dividendos distribuídos | 18.4 | | | | | | | | (164.000) |
| Ações cedidas de incentivos de longo prazo | 18.3 | | | (2.561) | 2.561 | | | | |
| Plano de incentivos de longo prazo | | | | 844 | | | | | 844 |
| Pagamento de incentivos de longo prazo | | | | (653) | | | | | (653) |
| Recuperação de ações | 18.3 | | | | (2.529) | | | | (2.529) |
| Dividendos prescritos | | | | | | 2 | | | 2 |
| Ajuste de conversão do período | | | | | | | | (544) | (544) |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 | | 2.572.025 | | (53.041) | | 455.500 | | (78) | 2.949.564 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$)

| | Nota explicativa | Controladora | Consolidado | | Nota explicativa | Controladora | Consolidado |
|--|------------------|--------------|-------------|---|---|--------------|----------------|
| RECEITAS | | | | DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO | | | |
| Receita de contrato com cliente | 20 | - | 3.801.302 | 3.271.247 | Pessoal: | | |
| Outras receitas | 23 | - | 11.939 | 94.896 | Remuneração direta | 5.534 | 5.717 |
| Receita de construção de ativos próprios | - | - | 36.444 | 80.632 | Benefícios | 334 | 941 |
| Perda estimadas com crédito de liquidação duvidosa - Reversão/(Constituição) | 23 | - | - | (112) | (23) | 206 | 609 |
| INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS | | | | | FGTS | 6.074 | 7.267 |
| Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos | 21.1 | - | (900.723) | (655.423) | Impostos, taxas e contribuições: | | |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | 21.1 (3.013) | (1.939) | (672.694) | (523.452) | Federais | (12.333) | 2.732 |
| Custos de construção de ativos próprios | - | - | (106) | (78.778) | Estatuais | 2 | 9 |
| VALOR ADICIONADO BRUTO | | | | | Municipais | 6 | 5.906 |
| Depreciação e amortização | 9 e 10 | - | (152.836) | (154.530) | (12.325) | 2.747 | 810.564 |
| VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA | | | | | 750.440 | | |
| VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA | | | | | Impostos, taxas e contribuições: | | |
| Resultado da equivalência patrimonial | 8.3 | 627.983 | 665.113 | - | Federais | (12.333) | 2.732 |
| Recursos financeiros | 24 | 6.687 | 282 | 69.737 | 56.935 | 9 | 479.758 |
| VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR | | | | | 631.657 | 663.456 | 2.192.951 |
| | | | | | 2.091.504 | 2.091.504 | 2.091.504 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Vivara Participações S.A. ("Vivara Participações" ou "Companhia") com sede social em São Paulo, é a "holding" que controla o Grupo Vivara, fundado em 1962, que tem por objeto a fabricação e venda de joias e outros artigos. As demonstrações financeiras consolidadas contemplam as informações financeiras da Companhia e das controladas Tellerina Comércio de Presentes e Artigos para Decoração S.A. ("Tellerina"), Conipa Indústria e Comércio de Presentes, Metais e Artigos de Decoração Ltda. ("Conipa") e Tellerina Panamá S.A. ("Tellerina Panamá"). Os acionistas de referência da Companhia são Nelson Kaufman e Marina Kaufman Bueno Netto que em conjunto detêm 47,36% das ações.

| Controladas | % de participação | |
|------------------|-------------------|------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Tellerina | 100% | 100% |
| Conipa | 100% | 100% |
| Tellerina Panamá | 100% | 100% |

A Tellerina tem sua sede social na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e centro administrativo na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Tellerina tem como atividades preponderantes, por meio da rede de lojas sob as bandeiras "VIVARA" e "LIFE", a importação e o comércio varejista e atacadista de joias, bijuterias, artigo em metais preciosos e suas ligas, folheados, pedras preciosas, relógios, instrumentos cronométricos, artigos de couro e semelhantes, bem como a prestação de serviços de "design" e de conserto de joias em geral. A Conipa tem sede na cidade de Manaus, Estado do Amazonas e como atividade preponderante a fabricação de artefatos de joalheria, ourivesaria e relojoaria com a comercialização desses produtos no varejo e atacado, incluindo também os serviços prestados de reparação de joias e relógios. A Tellerina Panamá tem sede na Cidade do Panamá - República do Panamá. Tem como atividade a importação, a exportação e o comércio varejista e atacadista de joias, bijuterias, artigos em metais preciosos e suas ligas, folheados, pedras preciosas, relógios, instrumentos cronométricos, artigos de couro e semelhantes. A quantidade de pontos de vendas em operação é demonstrada a seguir:

| | BRASIL | | PANAMÁ | | CONSOLIDADO | |
|------------------|------------|------------|------------|------------|-------------|------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Pontos de Vendas | 257 | 265 | 1 | 1 | 258 | 266 |
| Lojas Vivara | 219 | 180 | - | - | 219 | 180 |
| Quiosques | 11 | 11 | - | - | 11 | 11 |
| Total | 497 | 456 | 1 | 1 | 498 | 457 |

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". A apresentação da DVA é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável a companhias abertas. A IFRS não requer a apresentação dessa demonstração. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 18 de março de 2026. Detalhes sobre as políticas contábeis do grupo estão apresentadas na nota explicativa nº 4. **2.2 Base de Mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por ativos e passivos específicos mensurados ao valor justo, quando exigido pelas normas contábeis. O custo histórico baseia-se, geralmente, no valor justo dos recursos entregues em troca de ativos na data da transação. **2.3 Declaração de relevância:** Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.4 Moeda funcional e de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. A controlada Tellerina Panamá tem como moeda funcional Dólar americano e suas demonstrações financeiras foram convertidas para Real conforme pronunciamento técnico CPC 02 (R2)/IAS 21. **2.5 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração fez julgamentos, estimativas e premissas sobre o futuro, que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revistas de forma contínua e são consistentes com o gerenciamento de riscos do Grupo. As revisões de estimativas são reconhecidas prospectivamente. **Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 28 - definição do prazo de arrendamento de direito de uso, se o Grupo tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação contratual. Incertezas sobre premissas e estimativas; • Nota explicativa nº 17 - reconhecimento e mensuração de provisões para processos judiciais; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. • Nota explicativa nº 20 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados. • Nota explicativa nº 29 - determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos.

3. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES EMITIDAS E AINDA NÃO VIGENTES

A Companhia avaliou as novas normas, emendas e interpretações emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais ainda não entram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **IFRS 18 (CPC 51) - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18/CPC 51, substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos e relatórios anuais iniciados em 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber: operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMS) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente em relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMS. **Outras normas:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo: • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

A seguir, apresentam-se as políticas contábeis relevantes que não serão abordadas nas respectivas notas explicativas: **4.1 Transações em moeda estrangeira:** Transações em moedas estrangeiras são inicialmente reconhecidas pelo valor de mercado das moedas correspondentes na data que a transação se qualifica para reconhecimento. Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos para o Real de acordo com a cotação do mercado nas datas dos balanços. Diferenças oriundas no pagamento, na conversão de itens monetários são reconhecidas no resultado financeiro. **4.2 Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: a) tem poder sobre a investida; b) está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; c) tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas demonstrações financeiras encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis da Companhia. Todos os saldos e transações de contas a receber e a pagar, bem como os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas e os resultados não realizados, líquidos de imposto de renda e contribuição social, decorrentes de operações entre a Companhia e controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são eliminados integralmente. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia os investimentos em controladas são reconhecidos por meio do método de equivalência patrimonial. **4.3 Redução ao valor recuperável ("impairment"):** A Administração analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso tais evidências estejam presentes, é estimado o valor recuperável do ativo, sendo este o maior valor entre: (i) seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor em uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, é reconhecida a redução (provisão) do saldo contábil desse ativo ("impairment"). **4.4 Provisões:** São reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. São quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, utilizando a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelo montante estimado das perdas prováveis, observada sua natureza e apoiada na opinião dos assessores jurídicos.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$)

| | Nota explicativa | Controladora | Consolidado | | Nota explicativa | Controladora | Consolidado |
|---|------------------|--------------|-------------|--|--|---|-----------------|
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | | | | FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | | |
| Lucro líquido do exercício | | 619.502 | 653.394 | 619.502 | 653.394 | 619.502 | 653.394 |
| Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais: | | | | Dividendos recebidos | 9.4 | 163.000 | 120.796 |
| Depreciação e amortização | 22 | - | 162.855 | 154.530 | Aplicações financeiras | - | 4.530 |
| Encargos e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos | 26 | 14.522 | - | 65.365 | 33.203 | Recuperação de ações | (2.529) |
| Encargos sobre arrendamento direto de uso locação | 26 | - | 80.179 | 60.051 | Juros sobre capital próprios recebidos | 10 | 41.176 |
| Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos | 20 (14.202) | - | (31.704) | (27.156) | Aporte de capital em controladas | (156.739) | (6.201) |
| Provisão para perdas de estoque | 7.3 | - | (529) | 760 | Aquisição de intangível | 11 | - |
| Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários | 24 | 424 | 7 | 22.313 | 16.919 | Caixa líquido gerado pelas (atividades operacionais) | (10.741) |
| Perdas esperadas de crédito | 24 | - | - | 114 | (233) | FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | (10.741) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 9.3 (627.983) | (665.113) | - | 146 | 1.036 | Dividendos recebidos | 9.4 |
| Baixa de ativo imobilizado e intangível | 24 | - | - | 146 | 1.036 | Aplicações financeiras | - |
| Contratos arrendamentos baixados | 24 | - | - | (819) | (1.292) | Recuperação de ações | (2.529) |
| Variação cambial fornecedores | 24 | - | - | 2.897 | - | Juros sobre capital próprios recebidos | 10 |
| Encargos sobre antecipação de recebíveis | 26 | - | - | 5.343 | - | Aquisição de imobilizado | 10 |
| Créditos tributários | 24.1 | - | - | (38.950) | - | Aporte de capital em controladas | (156.739) |
| Incentivos de longo prazo | 30 | 844 | 1.702 | 844 | 1.702 | Aquisição de intangível | 11 |
| Atualizações monetárias e rendimentos | 25 | (156) | (87) | (25.544) | (28.945) | Caixa líquido gerado pelas (atividades operacionais) | 44.908 |
| Variação nos ativos e passivos operacionais: | | | | | | FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | (10.741) |
| Contas a receber | - | - | (39.848) | (124.143) | Dividendos pagos | 18.4 | (319.175) |
| Estoque | - | - | (145.819) | (550.632) | Captação de empréstimos e financiamentos | 15 | 300.000 |
| Partes relacionadas | 1.661 | 438 | - | - | Captação de financiamentos fornecedores convênio | 15 | - |
| Impostos a recuperar | (2.546) | 427 | 163.679 | (48.372) | Amortização de empréstimos e financiamentos | 15 | - |
| Depósitos judiciais | - | - | (2.127) | 364 | Amortização de fornecedores convênio | 15 | - |
| Outros créditos | 391 | (219) | (9.753) | (4.196) | Liquidação contratos SWAP | - | - |
| Fornecedores e outras contas a pagar | (43) | 2.099 | (181.686) | 201.168 | Encargos emissão debentures | - | (1.818) |
| Obrigações trabalhistas e previdenciárias | 78 | (85) | 18.327 | 7.434 | Amortização de arrendamentos direito de uso | - | (101.166) |
| Obrigações tributárias | (1.576) | (14) | 26.546 | (13.700) | Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento | (20.993) | |
| Arrendamentos variáveis e condomínios a pagar | - | - | (445) | (2.729) | AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | 13.174 | |
| Contingências pagas | (55) | - | (13.693) | (13.173) | Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa | 3.482 | |
| Outros passivos | (949) | (7.057) | 8.786 | (7.152) | Saldo final de caixa e equivalentes de caixa | 16.656 | |
| Juros sobre capital próprios recebidos | (1.927) | (653) | (1.927) | (1.927) | As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras | | |

A expectativa da realização dos créditos de PIS e Cofins é demonstrada a seguir:

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---------------|---------------|----------------|
| Em até 1 ano | 26.148 | 71.807 |
| De 1 a 2 anos | - | 28.815 |
| Total | 26.148 | 100.622 |

9. INVESTIMENTO

9.1 Política contábil: Os investimentos apresentados nas demonstrações financeiras individuais são ajustados pelo método de equivalência patrimonial. Saldos e transações entre as empresas do grupo, bem como receitas e despesas, são eliminados no processo de consolidação. **9.2 Informações das controladas:**

| | 31/12/2025 | | Tellerina | | 31/12/2024 | |
|--|------------------|------------------|----------------|------------------|------------------|----------------|
| | Tellerina | Conipa | Tellerina | Conipa | Tellerina | Panamá |
| Ativo circulante | 4.238.705 | 3.997.744 | 12.652 | 3.348.523 | 2.844.647 | 12.933 |
| Ativo não circulante | 1.121.935 | 116.758 | 4.798 | 1.004.826 | 179.608 | 5.539 |
| Total do ativo | 5.360.640 | 4.114.502 | 17.650 | 4.353.349 | 3.024.255 | 18.472 |
| Passivo circulante | 3.954.213 | 900.770 | 12.838 | 2.887.752 | 480.517 | 10.922 |
| Passivo não circulante | 616.702 | 11.646 | 1.802 | 765.520 | 12.401 | 2.512 |
| Patrimônio Líquido | 856.815 | 2.327.160 | 4.494 | 704.075 | 1.648.632 | 6.667 |
| Total do passivo e PL | 5.427.730 | 3.239.576 | 19.134 | 4.357.347 | 2.141.550 | 20.101 |
| Participação/(Prejuízo) Líquido | (67.090) | 874.926 | (1.484) | (3.998) | 882.705 | (1.629) |
| 9.3 Equivalência patrimonial: | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

→ continuação

10.6 Movimentação dos saldos:

| | Consolidado | | | | | | | | | | |
|---|------------------|------------------|-----------------|----------------|---------------------|------------------|------------------|----------------|----------------|---------------------|------------------|
| | 01/01/2024 | Adições | Baixas | Transferências | Ajuste de conversão | 31/12/2024 | Adições | Baixas | Transferências | Ajuste de conversão | 31/12/2025 |
| Custo: | | | | | | | | | | | |
| Beneficentárias em imóveis de terceiros | 230.648 | 847 | — | 106.364 | 1 | 337.860 | 729 | — | 31.020 | 6 | 369.615 |
| Móveis e utensílios | 81.160 | 3.505 | (338) | 23.469 | 17 | 107.813 | 2.495 | (4) | 5.753 | (89) | 115.968 |
| Máquinas, equipamentos e instalações | 63.328 | 13.613 | (830) | 14.056 | 1 | 90.168 | 17.740 | (79) | 6.783 | 2 | 114.614 |
| Veículos | 112 | 190 | — | — | — | 302 | 84 | — | — | — | 386 |
| Equipamentos de Informática | 23.472 | 4.412 | (72) | 758 | — | 28.570 | 3.671 | — | 494 | — | 32.735 |
| Terrenos | 350 | — | — | — | — | 350 | — | — | — | — | 350 |
| Ativo de direitos de uso - locações imóveis | 712.483 | 132.828 | (13.491) | — | 377 | 832.197 | 183.515 | (7.330) | — | (358) | 1.008.224 |
| Ativo de direitos de uso - cloud | 12.380 | — | — | — | — | 12.380 | — | — | — | — | 12.380 |
| Imobilizados em andamento | 67.839 | 79.877 | — | (144.647) | — | 3.233 | 43.777 | — | (44.050) | (254) | 2.706 |
| Subtotal | 1.191.772 | 235.272 | (14.731) | — | 560 | 1.412.873 | 252.011 | (7.413) | — | (693) | 1.656.778 |
| Depreciação: | | | | | | | | | | | |
| Beneficentárias em imóveis de terceiros | (104.792) | (28.174) | — | — | — | (132.966) | (29.307) | — | (4) | (4) | (162.281) |
| Móveis e utensílios | (29.911) | (10.708) | — | — | — | (40.619) | (12.460) | — | 4 | 1 | (53.074) |
| Máquinas, equipamentos e instalações | (16.587) | (8.251) | 171 | — | — | (24.667) | (11.132) | 7 | — | — | (35.792) |
| Veículos | (9) | (29) | — | — | — | (38) | (62) | — | — | — | (100) |
| Equipamentos de Informática | (13.276) | (4.949) | 33 | — | — | (18.192) | (4.611) | — | — | — | (22.803) |
| Ativo de direitos de uso - locações imóveis | (250.199) | (87.868) | 7.215 | — | (20) | (330.872) | (87.416) | 3.246 | — | 41 | (415.001) |
| Ativo de direitos de uso - cloud | (11.252) | (1.095) | — | — | — | (12.347) | (33) | — | — | — | (12.380) |
| Subtotal | (426.026) | (141.074) | 7.419 | — | (20) | (559.701) | (145.021) | 3.253 | — | 38 | (701.431) |
| Total | 765.746 | 94.198 | (7.312) | — | 540 | 853.172 | 106.990 | (4.160) | — | (655) | 955.347 |

As adições de valores de direitos de uso locação de imóveis contém valores de operações sem efeito caixa, vide detalhes na nota explicativa nº 31.

11. INTANGÍVEL

11.1 Política contábil: Representado pelo custo de aquisição de exploração de ponto comercial com amortização determinada conforme o prazo do contrato de locação, que para as lojas e quiosques são de cinco anos. A aquisição de ponto comercial não é feita para todos os pontos de venda da rede, pois em determinadas localidades esse custo não é necessário. Registram também os softwares adquiridos de terceiros, inclusive os em desenvolvimento.

11.2 Movimentação dos saldos:

| | Consolidado | | | | | | | | | | |
|-------------------------|---------------------|-----------------|-----------------|----------------|---------------------|-----------------|-----------------|-----------------|----------------|---------------------|-----------------|
| | Vida útil (em anos) | 01/01/2024 | Adições | Transferências | Ajuste de conversão | 31/12/2024 | Adições | Baixas | Transferências | Ajuste de conversão | 31/12/2025 |
| Custo: | | | | | | | | | | | |
| Pontos comerciais | 5 | 32.225 | — | — | — | 32.225 | — | — | — | — | 32.225 |
| Sistemas em implantação | — | 26.468 | 14.565 | (30.967) | 13 | 10.079 | 7.339 | — | (4.575) | (14) | 12.829 |
| Sistema de informática | 5 | 60.588 | 7.014 | 30.967 | — | 98.569 | 3.195 | (13.973) | 4.575 | (3) | 92.363 |
| Outros intangíveis | 5 | 305 | — | — | — | 305 | — | — | — | — | 305 |
| Subtotal | — | 119.586 | 21.579 | — | 13 | 141.178 | 10.534 | (13.973) | — | (17) | 137.722 |
| Amortização: | | | | | | | | | | | |
| Pontos comerciais | — | (31.239) | (342) | — | — | (31.581) | (342) | — | — | (1) | (31.923) |
| Sistema de informática | — | (29.039) | (13.054) | — | — | (42.093) | (17.432) | 13.903 | — | (1) | (64.623) |
| Outros intangíveis | — | (117) | (61) | — | — | (178) | (60) | — | — | — | (238) |
| Subtotal | — | (60.395) | (13.457) | — | — | (73.952) | (17.834) | 13.903 | — | (1) | (77.784) |
| Total | — | 59.191 | 8.122 | — | 13 | 67.326 | (7.300) | (70) | — | (18) | 59.938 |

12. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

12.1 Fornecedores e outras contas a pagar: O saldo é constituído por compras de matéria-prima, insumos, embalagens, mercadorias para revenda e serviços de terceiros com prazo médio de pagamento de 93 dias (92 dias em 31 de dezembro de 2024).

| | Controladora | | | | Consolidado | | | |
|---|--------------|------------|----------------|----------------|-------------|------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Fornecedores Nacionais | — | — | 86.712 | 58.126 | — | — | 86.712 | 58.126 |
| Estrangeiros | — | — | 30.515 | 35.528 | — | — | 30.515 | 35.528 |
| Total Fornecedores | — | — | 117.227 | 93.654 | — | — | 117.227 | 93.654 |
| Outras contas a pagar | 223 | 266 | 72.245 | 65.082 | 223 | 266 | 72.245 | 65.082 |
| Total Fornecedores e outras contas a pagar | 223 | 266 | 189.472 | 158.736 | 223 | 266 | 189.472 | 158.736 |

12.2 Fornecedores convênio: As controladas mantêm convênios firmados com instituições financeiras, permitindo que fornecedores antecipem seus recebíveis. A Administração concluiu que a natureza dessas operações permanece operacional, pois não há alteração nos prazos originais nem encargos financeiros assumidos pela Companhia. Em atendimento às alterações do CPC 03 (R2)/IAS 7, a Companhia detalha as seguintes informações sobre esses acordos: • Montante antecipado: Do saldo total de R\$ 4.610 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 214.135 em 31 de dezembro de 2024), a totalidade refere-se a títulos cujos fornecedores já receberam o pagamento antecipado das instituições financeiras. • Comparabilidade de Prazos: Os prazos de vencimento das obrigações vinculadas ao convênio são de 90 dias (90 dias em 31 de dezembro de 2024), permanecendo consistentes com a faixa de prazos praticada com os demais fornecedores da mesma natureza que não aderiram ao acordo. • Encargos: As taxas de desconto, média de 1,13% a.m. (média de 0,93% a.m. em 31 de dezembro de 2024) são suportadas integralmente pelos fornecedores. Os pagamentos são efetuados diretamente às instituições financeiras nas datas originais de vencimento das faturas, sendo o fluxo de caixa apresentado como operacional.

13. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

13.1 Composição dos saldos:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Provisão de férias | — | — | 46.654 | 40.236 |
| Salários | 124 | 80 | 35.018 | 32.797 |
| PLR e bônus | — | — | 21.151 | 14.228 |
| Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS | — | — | 5.298 | 4.813 |
| Instituto Nacional do Seguro Social - INSS | 37 | 30 | 18.181 | 17.298 |
| Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF | 75 | 48 | 14.801 | 14.602 |
| Outras | — | — | 2.517 | 1.319 |
| Total | 236 | 158 | 143.620 | 125.993 |

14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

14.1 Composição dos saldos:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|------------|---------------|---------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| ICMS | — | — | 45.839 | 34.789 |
| PIS e COFINS | 3.886 | 1 | 35.955 | 23.536 |
| Parcelamentos de impostos F.T.I. e U.E.A. (a) | — | — | 171 | 217 |
| Outras | 4 | 9 | 7.230 | 2.338 |
| Total | 3.890 | 10 | 90.422 | 63.877 |
| Passivo circulante | 3.890 | 10 | 90.328 | 63.727 |
| Passivo não circulante | — | — | 35 | 150 |
| Total | 3.890 | 10 | 90.422 | 63.877 |

(a) O Fundo de Fomento ao Turismo, Infraestrutura, Serviço e Interiorização do Desenvolvimento do Estado do Amazonas "F.T.I." é um tributo estadual devido pela Conipia em suas vendas de produtos industrializados na Zona Franca de Manaus para os demais Estados da Federação. O "UEA" é uma taxa estadual direcionada pelo Governo para a Universidade Estadual da Amazônia.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

15.1 Composição dos saldos:

| Instituição e modalidade | Consolidado | | | |
|---|------------------------|------------|----------------|----------------|
| | Taxa | Vencimento | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Em moeda local | | | | |
| Debentures - 1ª emissão 15.2 | CDI + 0,70% a.a. | 08/2030 | 312.704 | — |
| Banco Itaú BBA S.A. - Capital de giro (a) | CDI + 1,69% a.a. | 02/2027 | — | 63.065 |
| Banco Itaú BBA S.A. - Capital de giro (a) | CDI + 0,95% a.a. | 09/2026 | — | 41.347 |
| Total de empréstimos em moeda local | | | 312.704 | 104.402 |
| Em moeda estrangeira | | | | |
| Banco Santander - Resolução 4131 | CDI + 0,55% a.a. | 12/2026 | 218.572 | 245.977 |
| Total de empréstimos em moeda estrangeira | | | 218.572 | 245.977 |
| Financiamento - Fornecedores Convênio | | | | |
| Banco Itaú | — | 06/2025 | — | 27.774 |
| Banco Santander | — | 03/2025 | — | 20.408 |
| Total de financiamento fornecedor convênio (b) | | | — | 48.182 |
| Total de empréstimos e financiamentos | | | 531.276 | 398.561 |
| Passivo circulante | — | — | 232.973 | 113.370 |
| Passivo não circulante | — | — | 298.303 | 285.191 |
| Total | | | 531.276 | 398.561 |
| Instrumentos derivativos - contratos de "swap" | | | | |
| Banco Santander (Brasil) - Derivativo (ativo) passivo | Var. Camb + 5,77% a.a. | 12/2026 | 22.729 | (1.276) |
| Total de Instrumentos derivativos "swap" | | | 22.729 | (1.276) |
| Total de empréstimos e financiamentos líquido dos instrumentos derivativos | | | 554.005 | 397.285 |

(a) Os contratos de empréstimos de capital de giro firmados com o Banco Itaú foram liquidados antecipadamente em outubro de 2025, com recursos provenientes da emissão de debentures. (b) Em 2024, a Companhia repactuou os prazos de pagamento junto aos fornecedores de melhores preços para 180 dias. Devido à extensão desse prazo e à essencialidade financeira da operação, os saldos foram reclassificados para a rubrica de "Empréstimos e financiamentos". No exercício de 2025, em função da redução no volume de aquisições e da otimização da estrutura de capital, o prazo médio de pagamento foi reduzido para 90 dias, cessando a utilização de operações de risco sacado. Conseqüentemente, as obrigações remanescentes voltaram a ser registradas na rubrica de "Fornecedores". **15.2 Emissão debentures:** Em 5 de setembro de 2025, a Companhia concluiu sua 1ª emissão de debentures, sendo emitidas 300.000 debentures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional fiduciária e valor nominal de R\$1 cada, totalizando o montante de R\$300.000, correspondentes a R\$298.198 líquidos, após a dedução dos encargos de emissão de R\$1.802. O agente fiduciário é Vórt Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. As debentures têm prazo total de cinco anos, com vencimento do principal em duas parcelas, programadas para agosto de 2029 e agosto de 2030. A remuneração é composta pela variação acumulada da taxa DI-252 acrescida de spread de 0,7% ao ano, com pagamento de juros semestral a partir de fevereiro de 2025. A emissão foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 7 de agosto de 2025 e tem por finalidade amortização antecipada de empréstimos de capital de giro contratados junto a Banco Itaú e o valor exercido destinado ao reforço do caixa operacional da Companhia. Os custos de transação incorridos na emissão, no montante de R\$1.802, foram registrados como redutor do passivo financeiro, sendo apropriados ao resultado pelo método da taxa efetiva de juros, conforme o CPC 48/IFRS 9 e o CPC 08/IAS 32. As debentures foram classificadas como passivo financeiro mensurado ao custo amortizado, uma vez que representam obrigações contratuais de pagamento de caixa e não são mantidas para negociação. **15.3 Covenants:** Para a totalidade dos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes com instituições financeiras não existem cláusulas financeiras restritivas ("covenant"), apenas cláusulas de liquidação antecipada caso a emitente sofra protesto de títulos com valor superior a R\$10.000, para os contratos de capital de giro e R\$100.000 para as debentures. **15.4 Vencimentos do passivo não circulante:**

| Ano | Consolidado | |
|---------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| De 1 a 2 anos | — | 285.191 |
| De 2 a 3 anos | 298.303 | — |
| Total | 298.303 | 285.191 |

15.5 Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

| | Consolidado | |
|--|----------------|----------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Saldo no início do exercício | 397.285 | 278.679 |
| Captações - empréstimos bancários e debentures | 300.000 | 190.000 |
| Encargos de emissão das debentures | (1.818) | — |
| Captações - fornecedores convênio | 146.635 | 48.182 |
| Amortização do principal | (100.000) | (122.414) |
| Amortização do principal - fornecedores convênio | (194.416) | — |
| Liquidação contratos derivativos | — | (5.256) |
| Fluxo de caixa de financiamento | 150.401 | 110.512 |
| Pagamento de juros | (59.044) | (25.111) |
| Juros incorridos e variação cambial | 23.268 | 24.966 |
| Juros incorridos debentures | 14.401 | — |
| Juros incorridos - fornecedores convênio | 9.665 | — |
| Encargos financeiros de "swap" incorridos | 17.908 | 8.239 |
| Encargos financeiros de debentures incorridos | 121 | — |
| Outras variações (a) | 6.319 | 8.094 |
| Saldo no fim do exercício | 554.005 | 397.285 |

(a) Contém valores de operações sem efeito caixa, vide detalhes na nota explicativa nº 31.

18.4 Política de distribuição de dividendos: A distribuição de dividendos obedecerá às destinações de seu Estatuto Social e à Lei das Sociedades Anônimas, os quais contêm as seguintes destinações: > 5% para reserva legal. > Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, em percentual a ser definido em Assembleia Geral, entretanto, respeitando as regras previstas na legislação vigente (mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição de reserva legal e a formação de reserva para contingências). Conforme artigo 33, parágrafo 4º do Estatuto Social da Companhia, o percentual remanescente do lucro líquido será destinado para a formação da "Reserva Estatutária de Lucros", que tem por objetivo reforçar o capital de giro da Companhia e o desenvolvimento de suas atividades. A Companhia pagou aos acionistas em 21 de maio de 2025 o montante líquido de R\$155.177 referente a distribuição de dividendos sobre os resultados auferidos em 2024. Conforme deliberado em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de dezembro de 2025, a Companhia aprovou a distribuição de dividendos intercalares com base no saldo de lucros acumulados apurado no balanço de 30 de setembro de 2025, no montante total de R\$164.000 (R\$0.697659 por ação ordinária). O pagamento aos acionistas ocorreu em 29 de dezembro de 2025 com montante líquido de R\$163.998.

| | Consolidado | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|----------------|------------|------------|
| Lucro líquido do exercício | 619.502 | — | — |
| Base de cálculo para reserva legal | 619.502 | — | — |
| Reserva legal (5%) | (30.975) | — | — |
| Base de cálculo para dividendos | 588.527 | — | — |
| Dividendos obrigatórios (25%) | 147.132 | — | — |
| Dividendos intercalares distribuídos | 164.000 | — | — |
| Percentual dos dividendos distribuídos | 27,87% | — | — |
| Destinação para Reserva estatutária | 424.527 | — | — |



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

→ continuação

20.8 Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | 605.300 | 653.394 | 587.798 | 626.238 |
| Alíquota nominal combinada | 34% | 34% | 34% | 34% |
| Imposto de renda e contribuição social taxa nominal | (205.802) | (222.154) | (199.851) | (212.921) |
| Prejuízos fiscais e base negativa da CSLL | 22.545 | (3.984) | 22.042 | (4.538) |
| Diferenças permanentes: | | | | |
| Resultado de equivalência patrimonial | 213.514 | 226.138 | - | - |
| Outras despesas não dedutíveis | 130 | - | (28.789) | (1.421) |
| Recuperação IRPJ e CSLL de exercícios anteriores | (2.186) | - | (4.438) | 310 |
| Crédito extemporâneo lucro da exploração | - | - | - | 6.490 |
| Juros sobre capital próprio recebidos | (14.000) | - | - | - |
| Incentivo fiscal - Lei do Bem e PAT | - | - | 8.094 | 6.410 |
| Incentivo fiscal - LUCS | - | - | 113.579 | 92.484 |
| Incentivo fiscal - ICMS da exploração | - | - | 121.069 | 140.342 |
| Total | 14.202 | - | 31.706 | 27.156 |
| Correntes | (6.641) | - | (107.618) | (108.150) |
| Diferidos | 20.843 | - | 139.324 | 135.306 |
| Total | 14.202 | - | 31.706 | 27.156 |
| Alíquota efetiva - imposto corrente | -2,35% | - | -5,99% | -4,34% |

20.9 Imposto de renda e contribuição social diferidos:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| | Base e IRPJ e CSLL | Base IRPJ e CSLL | Base IRPJ e CSLL | Base IRPJ e CSLL |
| Impostos diferidos ativos sobre diferenças temporárias: | | | | |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | - | 353 | 353 | 241 |
| Provisão para perdas dos estoques | - | 4.688 | 4.688 | 5.401 |
| Provisão despesas | 263 | 102.350 | 102.350 | 84.955 |
| Lucro não realizado em operações de controladas | - | 1.293.806 | 1.293.806 | 1.029.612 |
| Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários | 377 | 26.937 | 26.937 | 18.310 |
| Arrendamentos Direito de Uso | - | 662.092 | 662.092 | 541.707 |
| Prejuízo fiscal ou Base negativa de CSLL | 60.662 | 191.647 | 190.903 | 71.116 |
| Total | 61.302 | 2.281.874 | 2.281.130 | 1.751.342 |
| Imposto de renda diferido ativo | 15.326 | - | 570.469 | 437.835 |
| Contribuição social diferida ativo | 5.517 | - | 205.302 | 157.553 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos | 20.843 | - | 775.771 | 595.388 |
| Impostos diferidos passivos sobre diferenças temporárias: | | | | |
| Direito de Uso | - | (574.929) | (574.929) | (474.664) |
| Depreciação taxa fiscal x taxa econômica | - | (34.245) | (34.425) | (13.926) |
| Base de cálculo imposto diferido passivo | (609.354) | (609.354) | (488.590) | (488.590) |
| Imposto de renda diferido passivo | - | (152.339) | - | (122.148) |
| Contribuição social diferida passiva | - | (54.842) | - | (43.973) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos | - | (207.181) | - | (166.121) |
| Imposto de renda diferido | 15.326 | - | 418.130 | 315.687 |
| Contribuição social diferida | 5.517 | - | 150.460 | 113.580 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 20.842 | - | 568.590 | 429.267 |

21. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS DE MERCADORIAS E SERVIÇOS PRESTADOS

21.1 Reconhecimento de Receita e Políticas Contábeis: Critérios de Reconhecimento: A receita de vendas é reconhecida no resultado quando a obrigação de desempenho é satisfatória, o que ocorre no momento da transferência do controle dos produtos ao cliente. No varejo físico, o controle é transferido na entrega imediata da mercadoria, no e-commerce, a transferência ocorre no ato da entrega ao consumidor final. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, trocas e descontos comerciais. **Programa de Fidelidade (Giftback):** A Companhia implementou o programa de Giftback, que concede aos clientes um bônus de 10% sobre o valor da compra para utilização em aquisições futuras, respeitados os critérios de elegibilidade e prazos de validade. Em conformidade com o CPC 47, esse bônus é tratado como um "direito material" concedido ao cliente. Assim, a Companhia reconhece uma provisão para descontos a conceder, mensurada com base na estimativa histórica de resgate dos bônus emitidos. Esse montante é registrado como uma redução da receita bruta no momento da venda original, sendo revertido no resultado apenas quando o bônus é efetivamente utilizado pelo cliente ou expira.

21.2 Composição dos saldos:

| | Consolidado | |
|--|------------------|------------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Receita bruta de vendas de mercadorias | 3.802.631 | 3.277.471 |
| Receita bruta de serviços prestados | 8.272 | 9.858 |
| Deduções da receita bruta: | | |
| ICMS | (750.042) | (644.174) |
| ICMS subvenção | 334.056 | 272.011 |
| COFINS | (255.923) | (224.772) |
| PIS | (55.290) | (48.806) |
| F.T.I. e UEA | (47.267) | (48.052) |
| ISS | (254) | (340) |
| Devoluções de vendas | (9.601) | (16.083) |
| Total | 3.026.582 | 2.577.113 |

22. DESPESAS POR NATUREZA

O Grupo Vivara apresenta a demonstração do resultado utilizando a classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

22.1 Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados:

| | Consolidado | |
|---|------------------|------------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados | (900.722) | (700.422) |
| Pessoal | (18.387) | (52.123) |
| Depreciação e amortização | (1.636) | (5.340) |
| Energia, água e telefone | (107) | (706) |
| Fretes | (620) | (8.496) |
| Total | (921.472) | (767.087) |

22.2 Despesas com vendas:

| | Consolidado | |
|------------------------------------|--------------------|------------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Pessoal | (520.730) | (476.641) |
| Frete | (55.940) | (40.549) |
| Despesas de marketing | (123.951) | (97.153) |
| Serviços profissionais contratados | (48.338) | (26.827) |
| Aluguéis e condomínios | (107.186) | (95.977) |
| Depreciação e amortização | (85.796) | (85.936) |
| Comissão sobre cartões | (67.724) | (64.863) |
| Energia, água e telefone | (9.846) | (8.659) |
| Impostos e taxas | (19.736) | (18.111) |
| Outras despesas por natureza | (47.029) | (31.581) |
| Total | (1.086.276) | (946.097) |

22.3 Despesas gerais e administrativas:

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Pessoal | (7.788) | (10.134) | (7.788) | (10.134) |
| Serviços profissionais contratados | (1.536) | (1.022) | (1.536) | (1.022) |
| Impostos e taxas | (695) | (529) | (695) | (529) |
| Outras despesas por natureza | (239) | (242) | (239) | (242) |
| Total | (10.258) | (11.927) | (10.258) | (11.927) |
| Pessoal | (96.622) | (84.947) | (96.622) | (84.947) |
| Serviços profissionais contratados | (85.173) | (74.070) | (85.173) | (74.070) |
| Aluguéis e condomínios | (1.394) | 137 | (1.394) | 137 |
| Energia, água e telefone | (1.681) | (1.773) | (1.681) | (1.773) |
| Depreciação e amortização | (65.404) | (58.366) | (65.404) | (58.366) |
| Impostos e taxas | (6.720) | (9.467) | (6.720) | (9.467) |
| Outras despesas por natureza | (25.222) | (29.486) | (25.222) | (29.486) |
| Total | (282.216) | (257.972) | (282.216) | (257.972) |

23. INFORMAÇÕES SOBRE OS SEGMENTOS

A Companhia e suas controladas operam em um único segmento de negócio, voltado ao Varejo. O Grupo é organizado e gerenciado como uma unidade de negócio indivisível para fins comerciais, estratégicos e gerenciais. As informações financeiras são reportadas de forma consolidada ao Diretor Presidente (CEO), identificado como o principal tomador de decisões operacionais, a quem compete a alocação de recursos e a avaliação de desempenho global. Embora os produtos sejam distribuídos por diversas categorias e canais de venda, a Administração monitora o resultado de forma integrada, uma vez que a estrutura logística, administrativa e de custos fixos é compartilhada, não permitindo uma segmentação fidedigna de margens e resultados operacionais por linha de produto. Para fins de monitoramento gerencial, a Administração apresenta a seguir a abertura da receita bruta excluindo as devoluções, segregada por categoria e canais de distribuição:

| | Consolidado | |
|-----------------|------------------|------------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Jóias | 1.853.378 | 1.582.845 |
| Life | 1.354.460 | 1.176.407 |
| Relógios | 536.167 | 443.554 |
| Acessórios | 49.024 | 58.582 |
| Serviços | 8.272 | 9.858 |
| Total | 3.801.302 | 3.271.246 |
| Jóias | 3.223.909 | 2.788.197 |
| Vendas digitais | 561.584 | 469.827 |
| Outros | 7.537 | 3.363 |
| Serviços | 8.272 | 9.858 |
| Total | 3.801.302 | 3.271.246 |

24. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|-------------|--------------|-------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Provisão riscos cíveis, trabalhistas e tributários | (424) | (7) | (424) | (7) |
| Outras receitas (despesas) | (2) | (6) | (2) | (6) |
| Total | (426) | (13) | (426) | (13) |

| | Consolidado | |
|---|-----------------|---------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Créditos e débitos tributários 24.1 | 6.513 | 87.298 |
| Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários | (22.313) | (16.916) |
| Perdas esperadas de crédito | (114) | 233 |
| Baixa de bens do ativo imobilizado | (141) | (1.036) |
| Contratos de arrendamento baixados | (819) | 1.292 |
| Outras receitas (despesas) | (4.940) | 6.757 |
| Total | (10.296) | 77.628 |

24.1 Créditos e débitos tributários: No exercício de 2024, a Companhia apropriou créditos extemporâneos de PIS e COFINS no montante total de R\$ 87.298. Desses valor, R\$ 82.136 referem-se à aquisição de matérias-primas pela filial de São Paulo da controlada Conipa, e R\$ 5.162 à contratação de serviços enquadrados como insumos operacionais em suas controladas. Em 2025, o reconhecimento de créditos extemporâneos totalizou R\$ 49.354, decompostos em: > R\$ 38.950 de PIS e COFINS sobre serviços (insumos) da controlada Tellerina; e > R\$ 10.404 de ICMS, relativos a operações de antecipação tributária no Estado do Pará. **Serviço de Monitoramento dos Maiores Contribuintes:** A controlada Tellerina, no âmbito de monitoramento dos maiores contribuintes, instituiu pela Portaria RB nº 4.898 de 07 de dezembro de 2020, optou pela regularização espontânea de suas apurações de PIS, em relação aos critérios de aferição da sua base de cálculo. Desta feita, a Companhia reconheceu e recolheu débitos de IPÍ no montante total de R\$58.333, dos quais R\$42.841 referizam o valor principal e R\$15.492 correspondem a atualização de juros que foi registrado na rubrica "Juros e multas sobre impostos e obrigações acessórias" na nota explicativa 26.

25. RECEITAS FINANCEIRAS

As receitas financeiras são reconhecidas pelo regime de competência e abrangem, primordialmente, os rendimentos de aplicações financeiras, mensurados pelo método da taxa de juros efetiva. Adicionalmente, a Companhia reconhece variações cambiais ativas decorrentes da atualização monetária de ativos denominados em moeda estrangeira, cujos efeitos são registrados no resultado do exercício à medida que as taxas de câmbio sofrem oscilações.

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Rendimento de aplicações financeiras | 6.516 | 189 | 6.516 | 189 |
| Correção monetária | 155 | 87 | 155 | 87 |
| Variação cambial ativa | 9 | 6 | 9 | 6 |
| Outras receitas financeiras | 7 | - | 7 | - |
| Total | 6.687 | 282 | 6.687 | 282 |
| Rendimento de aplicações financeiras | 22.366 | 30.294 | 22.366 | 30.294 |
| Correção monetária | 25.544 | 23.544 | 25.544 | 23.544 |
| Variação cambial ativa | 21.121 | 2.666 | 21.121 | 2.666 |
| Outras receitas financeiras | 706 | 431 | 706 | 431 |
| Total | 69.737 | 56.935 | 69.737 | 56.935 |

26. DESPESAS FINANCEIRAS

As despesas financeiras são reconhecidas pelo regime de competência e compreendem, primordialmente: > Custo de Captação; Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, mensurados com base no método da taxa de juros efetiva; > Variações Cambiais: Efeitos das oscilações nas taxas de câmbio sobre obrigações denominadas em moeda estrangeira, em especial junto a fornecedores internacionais; > Instrumentos Financeiros Derivativos: Variações no valor justo de operações de swap contratadas para a mitigação de riscos (Hedge) de contratos de mútuo e financiamentos externos (Lei nº 4.131); > Despesas Bancárias: Tarifas de serviços e demais custos incidentes sobre as movimentações operacionais e financeiras do Grupo.

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Juros sobre debêntures | (14.522) | - | (14.522) | - |
| Imposto sobre Operações Financeiras - IOF | (15) | (30) | (15) | (30) |
| Tarifas bancárias | (3) | (2) | (3) | (2) |
| Juros e multas sobre impostos e obrigações acessórias | (50) | (6) | (50) | (6) |
| Variação cambial passiva | (6) | (11) | (6) | (11) |
| Pis e Cofins sobre receitas de JSCP | (3.809) | - | (3.809) | - |
| Outras despesas financeiras | (311) | (12) | (311) | (12) |
| Total | (18.711) | (61) | (18.711) | (61) |
| Juros sobre empréstimos e financiamentos | (23.268) | (44.387) | (23.268) | (44.387) |
| Encargos financeiros instrumentos derivativos | (17.908) | 11.182 | (17.908) | 11.182 |
| Juros sobre debêntures | (10.522) | - | (10.522) | - |
| Encargos sobre arrendamentos de direito de uso | (14.179) | (60.051) | (14.179) | (60.051) |
| Imposto sobre Operações Financeiras - IOF | (333) | (65) | (333) | (65) |
| Tarifas bancárias | (397) | (846) | (397) | (846) |
| Juros e multas sobre impostos e obrigações acessórias | (19.179) | (1.971) | (19.179) | (1.971) |
| Variação cambial passiva | (31.298) | (14.846) | (31.298) | (14.846) |
| Encargos sobre antecipações de recebíveis | (5.343) | - | (5.343) | - |
| Pis e Cofins sobre receitas de JSCP | (3.809) | - | (3.809) | - |
| Juros incorridos - fornecedores convênio | (9.665) | - | (9.665) | - |
| Outras despesas financeiras | (2.370) | (3.296) | (2.370) | (3.296) |
| Total | (208.261) | (114.282) | (208.261) | (114.282) |

27. LUCRO POR AÇÃO

27.1 Lucro básico por ação: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. **27.2 Lucro diluído por ação:** O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas pelas opções de compra de ações exercíveis. O quadro a seguir apresenta a determinação do lucro líquido disponível aos detentores de ações e a média ponderada das ações em circulação utilizada para calcular o lucro básico e diluído.

| | Consolidado | |
|---|----------------|----------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Numerador | 619.502 | 653.394 |
| Lucro líquido do período (a) | 619.502 | 653.394 |
| Denominador (em milhares de ações) | (1.119) | (1.111) |
| Média ponderada de número de ações | 236.198 | 236.198 |
| Média ponderada de número de ações em tesouraria | (5.343) | (5.343) |
| Média ponderada de número de ações em circulação (b) | 230.855 | 230.855 |
| Lucro por ação - básico (em R\$) (a/b) | 2,63529 | 2,77937 |
| Denominador (em milhares de ações) | 236.198 | 236.198 |
| Média ponderada de número de ações | (1.119) | (1.111) |
| Média ponderada de número de ações em tesouraria | 41 | 85 |
| Média ponderada de número de ações diluídas (c) | 235.120 | 235.127 |
| Lucro por ação - diluído (em R\$) (a/c) | 2,63483 | 2,77837 |

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo possuía 500 (460 em 31 de dezembro de 2024) contratos de locação de lojas, quiosques, fábrica e centro administrativo firmados com terceiros. Deste total, 80 (64 em 31 de dezembro de 2024) contratos se enquadraram nos critérios de isenção de reconhecimento do direito de uso



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

→* continuação

29.10 Valor justos dos instrumentos financeiros: A Companhia utiliza, quando aplicável, o pronunciamento técnico CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo: Informações de Nível 1: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais as controladas podem ter acesso na data de mensuração. Informações de Nível 2: são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Informações de Nível 3: são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

30. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

As ações outorgadas representam as operações de pagamentos com base em ações referente remuneração de empregados, executivos e Conselheiros da Companhia e suas controladas e são reconhecidas contabilmente de acordo com os termos do pronunciamento técnico CPC 10(R1)/IFRS 2. A Companhia mensura o custo das transações de remuneração com base em ações pelo valor da ação no fechamento do mercado na média dos últimos 45 dias da outorga. As ações outorgadas são reconhecidas como despesa no resultado da Companhia ao longo do tempo de carência, em contrapartida da rubrica de "Opções outorgadas" no Patrimônio Líquido. As ações outorgadas aos participantes dos planos possuem carência de até 36 meses. As condições para que as ações sejam disponibilizadas aos beneficiários incluem a permanência como colaborador da Companhia, atingimento de metas relacionadas aos indicadores de performance determinados para o período, entre eles ROIC ("Return On Invested Capital") e TSR ("Total Shareholder Return"). O efeito dilutivo das ações outorgadas em aberto é refletido como uma diluição adicional no cálculo do lucro diluído por ação conforme nota explicativa nº 27. Planos de

Remuneração: Os Planos de Incentivo têm por objetivo o alinhamento dos interesses de longo prazo dos participantes aos dos acionistas da Companhia e o desenvolvimento de objetivos sociais e sustentáveis para geração de valor para Companhia e poderão entregar aos participantes ações representativas de, no máximo, 5% (cinco por cento) do capital social total da Companhia, através de ações de emissão da Companhia em tesouraria. **Plano de Outorga de Ações ("Plano de Outorga"):** Aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o plano de outorga estabelece a possibilidade de a Companhia entregar aos participantes selecionados pelo Conselho de Administração, mediante determinados termos e condições, ações de emissão da Companhia em tesouraria. Serão elegíveis para participar do Plano de Outorga conselheiros, diretores, gerentes ou empregados de alto nível da Companhia e suas controladas. Em maio de 2023, foram outorgadas 84.763 ações, em seu limite global, referente a renovação do programa de outorga de Ações, exclusivo para Conselheiros. As ações foram disponibilizadas aos Conselheiros entre maio e julho de 2025. Para o novo mandato dos Conselheiros de Administração iniciado em maio de 2025 não houve outorga. **Plano de Investimento em Ações ("Plano Matching Shares"):** O Plano de "Matching Shares" prevê a outorga de Ações "Matching" aos participantes selecionados pelo Conselho de Administração, desde que, dentre outras condições, os participantes invistam recursos próprios na aquisição e manutenção de determinada quantidade de ações de emissão da Companhia durante um período de carência de 36 meses. São elegíveis para participar do Plano de "Matching Shares" os diretores, gerentes ou empregados da Companhia. Anualmente, no mês de maio, os participantes adquiriram ações com recursos próprios. Desde que cumpridas as condições estipuladas no programa, após 36 meses, farão jus ao recebimento das quantidades de ações prevista em cada plano. A provisão contábil é registrada pelo período de vigência de cada plano e está reconhecida no resultado da Companhia na rubrica "Pessoal" conforme divulgado na nota explicativa nº 22.3.

A movimentação dos planos está demonstrada a seguir:

| | Consolidado | | | | | | |
|------------------------|---------------|---------------|-----------------------|--------------|--------------|----------------|--------------|
| | Otde. Ações | Prazo (meses) | Cotação da ação (R\$) | 31/12/2024 | Adições | Exclusões | 31/12/2025 |
| Conselheiros 2023/2025 | - | 24 | - | 1.442 | 336 | (1.417) | (361) |
| Executivos 2022 | - | 36 | - | 981 | 661 | (1.548) | (94) |
| Executivos 2023 | 38.240 | 36 | 26,29 | 980 | 43 | (61) | - |
| Executivos 2024 | 42.080 | 36 | 22,94 | 943 | 192 | (187) | (18) |
| Executivos 2025 | 484 | 36 | 24,73 | - | 84 | - | 84 |
| | 80.804 | | | 4.346 | 1.316 | (3.213) | (473) |
| | | | | | | | 1.976 |

31. TRANSAÇÕES SEM EFEITO CAIXA

As adições e remensurações dos Arrendamentos de Direito de Uso, em 31 de dezembro de 2025, totalizaram R\$182.105 (R\$127.832 em 31 de dezembro de 2024), referentes a novos contratos e aos reajustes anuais, não gerando impacto no caixa no momento de sua incorporação ao ativo e ao passivo. Os juros incorridos, variações cambiais e encargos de derivativos, no valor de R\$65.363 (R\$33.205 em 31 de dezembro de 2024), conforme detalhado na Nota Explicativa nº 15.3, não geram efeito caixa no momento de sua apropriação no resultado. Os respectivos impactos no caixa estão refletidos na Demonstração dos Fluxos de Caixa, afetando as atividades operacionais e de financiamento. Em 15 de dezembro de 2015 conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração, houve aumento de capital no montante de R\$866.644 através da capitalização das Reservas Legal e de Lucros Estatutários.

DIRETORIA ESTATUÁRIA

Thiago Lima Borges
Diretor Presidente

Elias Leal Lima
Diretor Finanças e Relações com Investidores

Cassiano Lemos
Diretor de Operações

CONTADOR

Rodrigo Alberto Ferreira
CRC 1SP 254.508/O-1

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Declaramos, na qualidade de diretores da VIVARA PARTICIPAÇÕES S.A., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.839.910/0001-11, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, referente às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o período entre 01 de janeiro de 2025 e 31 de dezembro de 2025, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada.

São Paulo, 18 de março de 2026

Thiago Lima Borges
Diretor Presidente

Elias Leal Lima
Diretor Finanças e Relações com Investidores

Cassiano Lemos
Diretor de Operações

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaramos, na qualidade de diretores da VIVARA PARTICIPAÇÕES S.A., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.839.910/0001-11, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o período entre 01 de janeiro de 2025 e 31 de dezembro de 2025, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada.

São Paulo, 18 de março de 2026

Thiago Lima Borges
Diretor Presidente

Elias Leal Lima
Diretor Finanças e Relações com Investidores

Cassiano Lemos
Diretor de Operações

PARECER DO CONSELHO FISCAL

(Artigo 10º, parágrafo único, V, da Resolução CVM nº 81/2022)

O Conselho Fiscal da Vivara Participações S.A., em cumprimento das disposições legais e estatutárias, examinou o relatório da administração e as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Com base nos exames efetuados, considerando ainda, o relatório dos auditores independentes KPMG Auditores Independentes Ltda. datado de 18 de março de 2026, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela assembleia geral ordinária dos acionistas.

São Paulo, 18 de março de 2026

Mauro Moreira
Membro

André Coji
Membro

Guillermo Braunbeck
Membro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos acionistas, Conselheiros e Administradores da Vivara Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Vivara Participações S.A. ("Companhia"), e suas controladas que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Vivara Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de crédito extemporâneo
Veja a Nota 8.3 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria
No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a administração da Companhia suportada por seus assessores jurídicos, reconheceu créditos fiscais relevantes relacionados a PIS e COFINS decorrente de uma revisão dos critérios para a tomada de crédito dos referidos tributos sobre certos insumos das operações de sua controlada Tellerina.

Este assunto exigiu da administração da Companhia julgamento significativo na determinação das bases legais para reconhecimento do crédito tributário, bem como, na probabilidade de entrada dos benefícios econômicos.

Devido à relevância dos valores envolvidos e do grau de julgamento inerente ao reconhecimento dos créditos fiscais nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de *IFRS Accounting Standards*, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório como parte do nosso trabalho de auditoria das demonstrações financeiras.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria,

exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.
- Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de março de 2026



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Rafael Santos Pereira
Contador CRC 1SP255172/O-5

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/03/2026
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/03/19/VIVARA1586246719032026.pdf>
Hash: 1773872880e1c6e2c01b9a47e0bf87c9c770f4d266